



DEF0113- Economia Política

ROTEIRO DO SEMINÁRIO 05: TRABALHO E INDÚSTRIA

Adam Smith – Capítulo I: A divisão do trabalho

O autor começa por definir a divisão do trabalho como a base para o aprimoramento das forças produtivas de trabalho, pois desenvolve a força produtiva da sociedade ao aumentar a quantidade de trabalho, ou produtividade, que um grupo de pessoas é capaz de realizar em determinado tempo. Como exemplo, o autor começa por apresentar uma fábrica de alfinetes onde 10 pessoas produzem cerca de 48 mil alfinetes por dia, considerando-se que cada uma produz cerca de 4,8 mil alfinetes. Entretanto, Adam Smith afirma que caso apenas 1 pessoa estivesse responsável por toda linha de produção, ela não conseguiria produzir sequer 20 alfinetes, quem dirá 1, pois a pessoa em si, não treinada e incapaz de ter controle de toda produção, não teria a mesma produtividade de um grupo inteiro com uma adequada divisão do trabalho.

Após isso, começa a comparação entre a agricultura e a manufatura. Para o filósofo, na agricultura a divisão do trabalho não é possível em toda sua magnitude devido a sazonalidade das tarefas e, assim, a agricultura se torna menos produtiva do que a manufatura. Com isso, ele entra no âmbito da concorrência econômica de nações, afirmando que a diferença agrícola entre países pobres e ricos é muito baixa, devido à baixa produtividade de tal atividade econômica, sendo que por meio de vários fatores o mesmo produto produzido em ambos os países, como Inglaterra e França, mesmo que de qualidade diferente, teriam preços semelhantes. Entretanto, quando se trata de manufatura, países mais ricos por possuírem mais manufaturas possuem mais divisão do trabalho e, por consequência, possuem maior produtividade o que leva a preços mais competitivos e uma qualidade superior, o que os deixa acima na competição com países mais pobres.

Continuando, o autor define por quais razões a divisão do trabalho aumenta a quantidade de trabalho, sendo tais explicações a destreza de cada trabalhador, a economia de tempo e o uso de máquinas. Primeiramente, tem-se que, ao dividir o trabalho e conceder a um trabalhador um serviço específico por um longo período, ele se tornará muito proficiente em tal trabalho e será capaz de o realizar rapidamente e com alta qualidade. Segundamente, a economia de tempo se trata de que, na divisão do trabalho, se reduz a necessidade de deslocamento ou de mudança de ferramenta, tornando o trabalho mais veloz e impedindo o trabalhador de vadiar, pois para o



filósofo a preguiça vem da necessidade de mudar de posição e de ferramentas constantemente na falta de divisão do trabalho. Por último, ele define que a utilização das máquinas, sem precisar de muitos exemplos, já torna a manufatura mais veloz, além do constante melhoramento das máquinas pelos trabalhadores, filósofos, engenheiros e pesquisadores.

Por fim, Adam Smith encerra com uma grande reflexão quanto a complexa malha de trabalho que ela realiza em todos os bens que as pessoas utilizam no seu dia a dia, analisando como um produto simples como o arroz teve que passar por agricultores, colhedores, selecionadores, empacotadores, vendedores e por aí em diante. Tudo isso ocorre pela enorme abundância de bens gerada pela divisão do trabalho, onde o trabalhador pode vender seu próprio trabalho para adquirir seus bens numa visão otimista onde a abundância de bens se difunde por todas as classes sociais.

Adam Smith – Capítulo II: Restrições à Importação de Mercadorias Estrangeiras que Podem Ser Produzidas no Próprio País

A atividade geral da sociedade nunca pode ultrapassar aquilo que o capital da sociedade tem condições de empregar. Para o autor todo indivíduo busca a aplicação do capital mais vantajosa para si próprio e mesmo sem a intenção, está promovendo também o interesse público, como se fosse levado por uma mão invisível. Todo indivíduo procura empregar seu capital tão próximo de sua residência e procura a aplicar na atividade de produto de máximo valor, dessa forma, necessariamente, movimentam um contingente maior de atividade interna e assegura renda e emprego a um número maior de habitantes do país e ao mesmo tempo aumenta o máximo possível a renda anual da sociedade. No que tange aos inventores da restrição da importação: Os comerciantes e fabricantes, por suas características de buscar a aquisição de privilégios em relação a seus concorrentes, foram os primeiros a inventar a restrição para se criar o monopólio.

Da consequência da restrição temos que a proibição da importação de produtos implica em uma limitação da utilização daquele produto baseada na capacidade de produção nacional.

As vantagens da restrição é quando se trata de atividade necessária para a defesa do país, como exemplo, se tem a importância da restrição do comércio marítimo pela Grã-Bretanha para garantir o monopólio e, conseqüentemente, a estabilidade econômica de seu país. Quando se taxam produtos nacionais e estrangeiros da mesma forma e na mesma quantidade, tem-se como intuito, ao adotar essa postura, o direcionamento do investimento de capital e de mão de obra em determinado fim. Ao optar por esta atitude, tem-se como consequência o nivelamento entre o comércio nacional e o estrangeiro por meio do direcionamento natural destes investimentos.



Alguns teóricos opinam que é interessante taxar tanto artigos de necessidade similares entre o comércio nacional e estrangeiro como todos os artigos que possam vir a concorrer com o mercado nacional. Portanto, acredita-se que é necessário taxar todos os produtos estrangeiros para fortalecer a indústria nacional. Entretanto, Adam Smith elabora a ideia de que taxar artigos de necessidade gera o mesmo impacto que a escassez ocasionada por crises climáticas, sendo um absurdo adotar tal medida. Assim, apenas as nações com as maiores vantagens naturais adquiridas poderiam prosperar com tais medidas.

Sobre as deliberações acerca da livre importação, até que ponto é indicado continuar a permitir a livre importação de certas mercadorias estrangeiras? Em momentos que ocorre a taxação de produtos nacionais por nações estrangeiras e, conseqüentemente, é gerada uma retaliação econômica em resposta. Nestas situações, entende-se como uma boa política quando esta retaliação quanto a proibição de determinado produto por um país estrangeiro pode estimular a demanda de outro produto nacional por meio da eliminação de possíveis rivais no território nacional. Quando não houver a possibilidade de se gerar resultados positivos, estas medidas não devem ser tomadas e são consideradas um mau método. A livre importação deve ser reintroduzida de maneira lenta e gradual, pois caso contrário existe a possibilidade destas mercadorias estrangeiras, invadirem o mercado nacional e prejudicar os cidadãos que perderão o seu meio de subsistência. Há um contraponto acerca desta afirmação, Smith entende que este problema não é tão grande quanto se pensa. Pois, os cidadãos afetados poderiam se reestabelecer por meio de outros meios de subsistência gerados pelo estímulo do mercado.

De maneira geral, conclui-se a seguinte consideração a respeito das taxações às importações: As taxas impostas com o intuito de proibir ou diminuir a importação constituem medidas que destroem a liberdade de comércio e a renda proveniente da alfândega.



Karl Marx- Capítulo IV: “A Fábrica”

O autor, nesse capítulo, apresenta a aplicação das máquinas em um contexto capitalista, que possui o exclusivo objetivo de aumentar a quantidade e diminuir o tempo de produção, sem haver qualquer plano de funcionamento que visa à facilitação ou à diminuição da carga horária do proletário. Ele utiliza de uma das explicações de Dr. Ure para sintetizar o funcionamento das fábricas automáticas no sistema capitalista: “um autômato colossal, composto por inúmeros órgãos mecânicos, dotados de consciência própria e atuando de modo concertado e ininterrupto para a produção de um objeto comum, de modo que todos esses órgãos estão subordinados a uma força motriz, semovente”. Nesta explicação, o trabalhador é apenas um desses órgãos de um ser “autômato”, submetido à força ilimitada da máquina, e não um ser humano responsável pela supervisão do funcionamento dela. O proletariado, de acordo com Marx, se transforma em parte da máquina, se reduzindo às condições desumanas de trabalho e podendo ser facilmente substituído (sistema de Relaisystem - revezamento), para que o ritmo “ininterrupto” da máquina se mantenha.

Marx prossegue explicando que, diferente do sistema de produção da manufatura, no qual o produto final é fabricado de forma artesanal, esse se baseia quase que unicamente no trabalho braçal de alimentar e manusear a máquina, o que acentua as diferenças de idade e sexo entre os trabalhadores, afetando intensamente mulheres e crianças, que originalmente eram a principal mão-de-obra da etapa de produção que foi dominada pelas máquinas. Esta automatização do trabalho manual, além de se encarregar do trabalho de milhares de pessoas, sem lhes oferecer uma alternativa, retirou do trabalho restante seu conteúdo. A automatização também alienou o proletário, que foi obrigado a se resumir a um mero membro da máquina, regido pela força motriz do motor principal. Ademais, por serem apenas membros do mecanismo principal, seu trabalho é fortemente desvalorizado e a dependência do capitalista e do processo de produção no trabalhador diminui drasticamente, precarizando ainda mais suas condições de emprego.

A consequência de todos estes fatores em conjunto é a formação do regime fabril completo, como é chamado pelo autor, no qual, por conta de mínimas divergências entre a ocupação de cada trabalhador na fábrica, se cria um sistema de supervisão, em que uns sentem-se superiores a outros e todos são obrigados a manter um ritmo perfeito de trabalho para que não sejam reportados e facilmente substituídos. Isto gera uma desarticulação entre a união dos proletários, pois eles perdem a perspectiva de conexão uns com os outros, apesar de pertencerem à mesma classe e serem submetidos às mesmas condições precárias de trabalho.

Marx menciona o manual de punições do supervisor fabril para concluir este capítulo, que é a consolidação desta máxima precarização do trabalho automatizado das fábricas, sendo um sistema de punições baseadas no desconto de salários e multas pecuniárias que, por conta destas formas de punição, gera maior lucro para os capitalistas, que é a consequência prevista e concebida por eles.